

(ANC) p 16

## CRÉDITO RURAL

# Falta de recursos faz governo reavaliar política para safra

por Ivanir José Bortot  
de Brasília

O novo "pacote agrícola" para a safra de cereais e oleaginosas de 1988/89, que deveria ser aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, no último dia 13, está sendo rediscutido em suas linhas básicas.

Os técnicos dos Ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento estiveram reunidos na última sexta-feira buscando encontrar mecanismos que possam compatibilizar as disponibilidades financeiras do governo com uma previsão de gastos para a próxima safra, estimada, inicialmente, pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP) em 632 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional, mais de CZ\$ 1 trilhão. Como o governo não dispõe desses recursos, voltou a repensar a atual estrutura de financiamento oficial.

O Ministério da Agricultura e o Banco Central chegaram a encaminhar à Co-

missão de Coordenação Financeira (CCF) dois votos: um estabelecendo os novos Valores Básicos de Custeio (VBC) e o orçamento de gastos e outro alterando a atual sistemática de exigibilidade de aplicação de recursos dos bancos no setor agrícola. Os dois votos foram retirados da pauta da CCF, da última quinta-feira, por uma única razão: se fossem aprovados, o governo deveria garantir os recursos para financiar a safra nas proporções em que foram dimensionados.

"Como os recursos são escassos, precisamos encontrar alternativas que reduzam a demanda de gastos com a safra. Claro que a decisão final será dos ministros", disse uma qualificada fonte do Ministério da Fazenda.

As sugestões de corte no orçamento de gastos, apresentadas pela CFP, vão desde a exclusão dos grandes produtores rurais do sistema de crédito oficial de custeio até a redução nos limites de financiamen-

to do VBC por culturas. "Qualquer que seja a alternativa, estamos pensando em assegurar os recursos aos médios e pequenos agricultores", alertou um técnico da Fazenda.

A escassez de recursos para a atual safra possui duas fortes vertentes que estão provocando muitas reflexões entre os técnicos da Fazenda e da Agricultura.

O orçamento de gasto com todas as linhas de financiamento agrícola (não só custeio) está previsto em 580 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) até o final do ano. A anistia aprovada pela Constituinte, além de comprometer parte desses recursos a longo prazo, está inflando negativamente, uma vez que os produtores não estão pagando os financiamentos e com isso vem gerando uma queda acentuada de retorno de dinheiro da Secretaria do Tesouro Nacional. O volume de dinheiro que o governo poderia repassar à agricultu-

ra ninguém consegue prever com exatidão.

A segunda fonte de financiamentos do setor rural e os recursos oriundos da exigibilidade bancária estão sofrendo uma gradativa redução, devido à queda dos depósitos a vista, parte dos quais é aplicada na agricultura por força de lei.

Para a redução dos depósitos a vista dos bancos privados, o governo possui uma solução que manteria o mesmo volume de dinheiro emprestado aos agricultores no ano de 1987. A nova exigibilidade de aplicação de recursos dos bancos privados seria feita de tal forma que os bancos ficariam obrigados a aplicar neste ano cerca de 379 milhões de OTN (recursos aplicados através do MCR 18 até 31 de dezembro de 1987) com taxas do crédito rural e livres. Desse valor total, a parcela originária dos depósitos a vista continuará sendo aplicada a taxas oficiais e o restante poderia ser aplicado a taxas livres.